

As Novas Dimensões do Rural: Território e Arranjos Produtivos Locais
New dimensions of rural: Territory and local productive arrangements

Lucas Labigalini FUINI

lucasfuini@ourinhos.unesp.br

Professor Assistente Doutor da Unesp-Campus de Ourinhos.
Endereço: Av. Vitalina Marcusso, 1500, Campus Universitário
CEP: 19910-206, Ourinhos/SP.

Resumo

Esse artigo tem por objetivo enfatizar, em uma análise do meio rural contemporâneo, a dimensão do território, considerando a superação de uma visão de rural associada às atividades agrícolas strictu sensu, e na pior das hipóteses, à decadência sócio-econômica das áreas rurais diante da urbanização. Deste modo, os Arranjos Produtivos Locais aparecem como instrumentos importantes para a análise territorial do desenvolvimento rural, sobretudo por sua capacidade de associar em meios periurbanos e semi-rurais o “empreendedorismo” local com as atividades inovadoras com forte conteúdo em “capital social”. A fim de ratificar tais hipóteses, à luz do exemplo bem sucedido de dinamismo econômico proporcionado pelos distritos industriais marshallianos em regiões italianas semi-rurais, coloca-se como base empírica de análise um estudo de Arranjo Produtivo brasileiro voltado a um tipo de atividade tipicamente rural: a produção de mandioca realizada no Sudeste do Mato Grosso do Sul.

Palavras –chave: Espaço rural, Território e Arranjos produtivos locais

Abstract

This article aims to emphasize, in the analysis to the contemporary rural space, the dimension of territory, considering the overcoming of a rural perspective associated with the agricultural activities in the strict sense, and at worst hypothesis, at the socio-economic decline of rural areas in the face of urbanization. Thus, the local productive arrangements appear as important tools for the analysis to rural development, especially for its ability to associate, at peri-urban and semi-rural spaces, the 'entrepreneurial' local with innovative activities of strong content in 'social capital'. In order to confirm these hypotheses, the light of the successful example of economic dynamism provided by the Marshallian industrial districts in semi-rural Italian regions, there is empirical analysis based on a study of Brazilian production arrangement aimed at a rural typical type of activity: cassava production established in south-eastern Mato Grosso do Sul.

Keywords: Rural space, territory and Local productive arrangements

I - INTRODUÇÃO

O presente texto vai abordar os novos conteúdos que estão sendo agregados ao meio rural e que levam à superação de uma visão tradicional que associa o rural com setores agrícolas atrasados, áreas estas de esvaziamento demográfico, atraso tecnológico e estagnação econômica.

Deste modo, propõe-se a desconstrução de uma visão polarizada entre rural e urbano a partir da adesão de uma perspectiva territorial de análise das múltiplas representações sociais operadas pelos vários atores sociais que estão atuando nas localidades dotadas de “ruralidades”.

E uma das várias formas de representar esse salto qualitativo na análise geográfica e social do meio rural é a partir dos diversos Arranjos Produtivos Locais de pequenos empreendimentos, que têm surgido justamente em áreas localizadas na confluência do rural/urbano e que desenvolvem capacidades inovadoras e empreendedoras calcadas nos recursos culturais específicos da cada localidade.

Para definir o esboço de uma “ruralidade” enquanto algo novo, partimos de três premissas básicas, compartilhadas de outros autores:

- a) emergência de um novo rural que não necessariamente está associado a atividades agrícolas, como aquelas voltadas ao lazer, turismo e mesmo o beneficiamento de produtos agrícolas (SILVA, 2002);
- b) necessidade da superação de uma análise puramente setorial da problemática rural, pela ênfase no enfoque do território e suas várias localidades, haja vista a complexidade e multiplicidade das relações espaciais rufo/urbanas atuais (ABRAMOWAY, 2000);
- c) valorização da iniciativa dos atores sociais locais e suas expressões subjetivas e culturais na mobilização das potencialidades econômicas das localidades rurais, sobretudo em áreas consideradas “periurbanas”. (VEIGA, 2004; CARNEIRO, 2001).

De forma a se condensar as três premissas em um caminho analítico para o debate, coloca-se também o seguinte questionamento: as regiões e localidades que se demonstram bem sucedidas economicamente e socialmente, sobretudo no que tange à competitividade, podem estar associadas a espaços rurais?

Tentando responder afirmativamente a esta questão, coloca-se então para estudo do território brasileiro o caso dos Arranjos Produtivos Locais voltados a atividades agrícolas alocadas no campo e tendo por base o exemplo dos Distritos de pequenas empresas da “Terceira Itália”, uma das possíveis alternativas à busca do desenvolvimento territorial em áreas parcialmente ou significativamente rurais (VEIGA, 2004). Coloca-se como exemplo o caso da região produtora de Mandioca e derivados do Vale do Ivinhema, no Sudeste do Mato Grosso do Sul, fruto de pesquisas de Cleonice A. Le Bourlegat, no ano de 2004.

Posto isso, este artigo se estrutura em três partes principais, além da introdução e considerações finais. A primeira trata de atualizar a discussão do rural ante as transformações econômicas, sociais e espaciais emergentes, enfatizando os múltiplos caminhos que as ruralidades podem trilhar na busca do desenvolvimento econômico. A segunda parte destaca o território como âmbito de análise da questão ru-ro-urbana, por seu caráter trans-fronteiriço, socialmente dinâmico e abrangente espacialmente. A terceira, privilegia a discussão sobre o papel dos APLs nos espaços rurais, posto que permitem um tratamento territorial ao fenômeno do “novo rural” e do desenvolvimento social e econômico local, dispondo para efeito ilustrativo, de um exemplo empírico.

II – ESPAÇOS RURAIS E NOVAS RURALIDADES: PONTOS PARA UMA DISCUSSÃO

Há uma tendência do pensamento atual sobre o espaço rural que considera que este vem sofrendo mudanças sociais e econômicas que em muito subvertem a simples associação do rural com o atraso econômico e esvaziamento demográfico. A tese do atraso econômico, muito bem aceita nos meios acadêmicos até a bem pouco tempo e referendada no Brasil pela associação do urbano com sedes de municípios, advoga que as localidades rurais tendem inevitavelmente ao esvaziamento econômico e demográfico por conta da completa urbanização da sociedade e dos espaços, formando verdadeiros “desertos rurais” ao redor das cidades (VEIGA, 2004).

Esta crença estava associada, na maior parte dos casos, a uma compreensão estreita das localidades rurais enquanto base de atividades agrícolas, cujos dados dos países desenvolvidos e em desenvolvimento indicam um forte declínio em participação nos Produtos Internos Brutos e na mão de obra ocupada.

No entanto, dados recentes advindos, sobretudo, de pesquisas sistemáticas realizadas no Brasil (Pnad, 1985-1996) e nos países desenvolvidos (OCDE), indicam que a realidade do meio rural é muito mais complexa do que propunham as abordagens que dicotomizavam o rural e o urbano enquanto componentes de um sistema em que para existir um dos pólos, o outro necessariamente deveria retroceder. Três principais proposições surgem então para lidar com a idéia de uma nova “ruralidade”, ou seja, de que novos processos e dinâmicas tomam conta do espaço rural na atualidade e indicam a revalorização do mundo rural, sobretudo naquelas áreas mais próximas dos centros urbanos, denominadas de periurbanas, chamando atenção inclusive para novos enfoques analíticos sobre os espaços e localidades rurais.

A primeira das proposições, elaborada por Graziano (2001) junto ao Projeto Rurbano – com base em dados da Pnad – é que no rural recente um crescente número de pessoas que residem em áreas rurais estão hoje ocupadas em atividades não agrícolas, ou seja, das 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro, quase 1/3 estão trabalhando em atividades como; serventes de pedreiro, motoristas, empregadas domésticas.

Buscando também contrapor a idéia de um “rural atrasado”, Graziano (2001) observa que emerge um “novo rural”, que concilia as atividades modernas do agribusiness com a atuação de novos sujeitos sociais, como por exemplo: alguns neo-rurais, que exploram nichos de mercados de novas atividades agrícolas (plantas e animais exóticos, criação de escargot, camarão), moradores de condomínios rurais de alto padrão e chácaras de lazer, agricultores familiares e pluriativos, aposentados e empregados domésticos, etc. Traz-se então, como grande novidade empírica e conceitual, a idéia da “pluriatividade” no campo, coexistindo diversas formas de ocupações econômicas agrícolas e não agrícolas.

A outra proposição foi elaborada por Veiga (2002, 2004) e tem o objetivo de rever a questão da dicotomia rural e urbano, à luz dos dados da OCDE (Serviço de Desenvolvimento Territorial). Tais dados indicam que em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos ainda permanecem áreas de natureza pouco alteradas, que cruzadas a dados demográficos, econômicos e sociais dos espaços rurais, caracterizam muitas localidades de pouca densidade demográfica como essencialmente ou relativamente rurais, variando de 15% na Bélgica a 44% das regiões da Itália.

Desse modo, há uma diversidade de combinações entre os vários tipos de atividades econômicas que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações que permanecem rurais, baseadas em duas fontes principais:

- a) A aposta em novas fontes de crescimento das áreas rurais ligadas a peculiaridades de patrimônios naturais e amenidades ligadas ao “bucolismo” e qualidade da vida no campo, oferecendo vantagens para exploração de negócios imobiliários, residenciais, turísticos, esportivos, etc.;
- b) Uso de especificidades e tradições culturais como alavanca de dinamismo econômico, favorecendo a geração de arranjos institucionais adequados à atual fase de globalização, conciliando o empreendedorismo local inovador com as vantagens de áreas rurais semi-periféricas e não tão distantes dos aglomerados urbanos.

Todos estes fatores, na opinião de Veiga (2004), promovem um “revigoramento” da ruralidade por meio de sua “mutação” e não exatamente “renascimento”. Na tese de Veiga (2004), os espaços rurais dos países avançados que permanecem subdesenvolvidos são aqueles que não lograram explorar qualquer vocação que os conecte às dinâmicas econômicas de outros espaços, e, como as novas fontes de crescimento econômico das áreas rurais estão ligadas a peculiaridades do patrimônio natural e cultural, intensifica-se o contraste entre campo e cidade.

Um último elemento que incrementa o debate sobre o “novo rural” é o tratamento do rural associado à diversificação dos usos dos espaços rurais pela noção de “pluriatividade”, que conduz à definição de uma nova ruralidade através da interação de universos culturais distintos definidos pelos vários atores sociais que atuam no campo.

Para Carneiro (2001), o mundo rural não representa nem uma ruptura com o urbano nem sua descaracterização face às transformações recentes a ele atribuídas, mas sim um campo de reemergência de sociabilidades e de identidades tidas como rurais. Tal ímpeto se reforça com a revalorização do patrimônio familiar e das identidades territoriais apoiados no sentimento de pertença a uma localidade, resgatando, preservando e estimulando expressões da cultura local, como: na elaboração de produtos de qualidade que atendam a demanda de mercados mais exigentes, no reforço de identidades próprias pelo olhar de outros atores sociais tipicamente urbanos, no significado de práticas sociais que operam processos interativos, baseados na pluriatividade, nas atividades não agrícolas e nos neo-rurais (Ex.: country culture).

III – O TERRITÓRIO E A SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA RURAL x URBANO

Posta essa problemática, torna-se necessário um exercício de análise do novo rural de forma mais completa, focando a análise espacial das questões antes expostas. Desta forma, compartilha-se do seguinte questionamento efetuado por Carneiro (2001, p.2): “será que as categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas?”. E por conta desta questão, surgem inúmeras contribuições no sentido de se abordar os novos conteúdos do meio rural em um enfoque territorial (ABRAMOWAY, 2000, VEIGA, 2002).

Tradicionalmente há vários critérios para se definir a ruralidade enquanto forma de diferenciar os espaços rurais dos urbanos, dentre os quais se destacam: a) relação mais próxima com o meio natural; b) relativa dispersão populacional; c) a relação com as cidades (ABRAMOWAY, 2000, p. 10).

Quanto ao primeiro critério, o meio rural tem sido na atualidade, sobretudo nos países europeus, alvo de preocupações das políticas públicas quanto à preservação do tecido natural, visto que o meio rural é visto cada vez menos como espaço fundamentalmente produtivo, e, mesmo nas áreas agrícolas, já há uma sensibilidade para que estas atividades convivam com valores naturais. Cresce então a versão do meio rural associado à exploração sustentável da biodiversidade e exploração competitiva de amenidades rurais, sobretudo nos países europeus.

O outro critério caracteriza os espaços rurais enquanto áreas não densamente povoadas que, ao passo que se tornam um entrave ao progresso por conta da dispersão populacional, abrem também a possibilidade de reforço de laços comunitários em novos formatos de organizações.

A terceira perspectiva, tida como a mais complexa e, no entanto, mais importante, trata da dependência do campo com relação às cidades, no sentido de que o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso está ligado às atividades econômicas de áreas mais densamente povoadas, salientando o fato de que as áreas rurais mais prósperas, geralmente, têm estreitos laços econômicos com outras partes do mundo e com outros centros urbanos.

Neste cenário, Abramoway (2000) caracteriza então a ruralidade enquanto um conceito de natureza territorial e não-setorial, o mesmo valendo para o urbano, pois o conceito de desenvolvimento rural é espacial e multissetorial e a agricultura é apenas parte dele.

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial. (ABRAMOWAY, 2000, p. 7).

Na concepção de Carneiro (2001), a noção de território tem suas vantagens analíticas por não se restringir a espaços delimitados fisicamente, referindo-se muito mais a uma imagem e representação, que é alimentada e alimenta uma rede de relações sociais. Neste sentido, se aproxima mais da idéia de território enquanto associado às localidades onde se cruzam fronteiras e se formam núcleos de sociabilidade, correspondendo mais à noção de “identidade territorial” e “territorialidade”, construída pelos laços de pertencimento a uma dada localidade rural.

A noção de território sobre a qual se sustentam políticas recentes de desenvolvimento para o meio rural (desenvolvimento local, desenvolvimento territorial) vem reforçar a idéia de localidade como base para a compreensão dos processos em curso e para a intervenção de políticas públicas. No contexto francês, a noção de território não se encontra limitada a aspectos geográficos e político-administrativos. (CARNEIRO, 2001, p. 5).

O foco dos cientistas sociais logo cedo esteve ligado à dimensão territorial do desenvolvimento, criando critérios e indicadores para se entender as disparidades entre diferentes situações territoriais, sobretudo no que tange ao desenvolvimento desigual das regiões em um país, sejam elas rurais ou urbanas, visto que na prática as desigualdades internas às regiões rurais de um mesmo país podem ser muito mais significativas que as referentes ao contraste rural/urbano.

Na Itália, a dimensão territorial do desenvolvimento ganhou destaque com as pesquisas realizadas por um grupo de economistas e sociólogos (Becattini, Triglia, Bagnasco) em torno da noção de Distritos Industriais marshallianos, aplicada ao estudo das pequenas

indústrias em localidades de forte tradição rural na região da Terceira Itália (Emilia Romagna, Toscana, Veneto, Bologna).

Discutiram-se, neste caso, a competitividade das empresas e os processos de inovação baseados em conceitos como redes, empreendedorismo, meios inovadores e efeitos de proximidades, e seu entrelaçamento com o nível espacial. Descobriu-se então, e de forma certo ponto surpreendente, que nos distritos há uma fortíssima correlação entre a distribuição espacial da economia “difusa”, que caracterizava suas províncias mais dinâmicas e a intensidade de formas familiares de agricultura, caracterizando heranças institucionais de uma economia baseada na agricultura familiar. (ABRAMOWAY, 2000, VEIGA, 2002).

Reforça-se, então, a visão de território baseada em formas de interação social entre empresas, indivíduos e organizações sociais, para promover ligações dinâmicas e conhecimentos historicamente definidos ou a construir. Esta visão é reiterada pelos trabalhos da OCDE que sugerem que

(...) o sucesso das regiões rurais dinâmicas não se deve per si à existência de uma composição setorial favorável, mas, o bom desempenho na criação de empregos resulta de uma dinâmica territorial específica, que comporta aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito de empreendimento, a existência de redes públicas e privadas para atração de vantagens culturais e nacionais (ABRAMOWAY, 2000, p. 23).

Abre-se espaço para a colocação de outro viés do desenvolvimento territorial, que está relacionado às conseqüências territoriais das políticas públicas, pois, as heranças culturais são condições necessárias, mas não suficientes, carecendo as empresas de uma região de um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações, infraestruturas e serviços, enfim, de condições que estimulem o “empreendedorismo”.

Dessa forma, na França inicialmente, noções como “planejamento” e “ordenamento” foram sendo substituídas gradativamente pelo “desenvolvimento territorial”, considerando a forte marcha de descentralização político-administrativa e ênfase na maior liberdade, poder e meios de ação das administrações locais, dando-se força à ideia do desenvolvimento enquanto política ascendente, desde baixo, baseada na densidade entre atores locais e na concepção do “desejado, partilhado e produtor de riquezas”, versus o ordenamento baseado na concepção do “outorgado e redistributivo”, desde cima.

Fortalece-se, então, a associação do território ao âmbito local, correspondendo ao nível mais adequado à aplicação das políticas públicas em unidades administrativas e estatísticas elementares, e também por ser o contexto mais favorável à criação de parcerias na proximidade entre atores públicos e privados, regionais e locais, em novos tecidos econômicos que combinem competição e cooperação, ou seja, um nível ótimo de competitividade não dissociada da coesão econômica e social. (VEIGA, 2002, ABRAMOWAY, 2000).

Na escala local, os problemas de emprego, de harmonia social e qualidade de vida, inerentes às zonas urbanas, suburbanas e rurais, são tratados de forma indissociável, pois os problemas de um dos espaços interferem nos outros, haja vista os fenômenos de congestão e desconcentração urbana e de êxodo rural.

Nessa tendência, Campanhola; Silva (2002) buscam superar a separação entre urbano e rural por meio do enfoque espacial e local/regional, consubstanciado na ideia de que o enfoque na economia local permite integrar espaços e setores, representando o local enquanto agrupamento de relações sociais, onde se estabelecem relações entre instituições públicas e locais para regulação da sociedade e se sedimenta uma dada cultura (de caracteres não transferíveis que permite apresentar ao mercado produtos diversificados baseados não simplesmente no custo dos fatores).

Postulando como única saída para o desenvolvimento de um país a descentralização das políticas públicas para o nível local, ponto no qual as ações efetivamente se realizam e onde é possível atacar as desigualdades regionais e sociais, Campanhola; Silva também (op.cit.) concebem que a democratização dos espaços rurais passa necessariamente pelo desenvolvimento local, de cunho fortemente endógeno, baseado nas forças internas espaciais que permitem integrar as dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas.

De forma a fortalecer a associação dos espaços rurais e urbanos à dimensão da organização econômica dos territórios, faz-se correto pensar na economia mundial emergente, da mesma forma que o faz Benko (1996), como um mosaico de regiões produtivas especializadas, com complexos de crescimento localizado e cada vez mais dependentes de outras regiões.

Face então aos movimentos de reestruturação produtiva, mudanças tecnológicas e reorganização do território, emergem complexos localizados de produção que tendem a

corromper a dualidade urbano/rural por meio de uma visão de território integrada não somente pelas especializações produtivas, mas pela multiplicação de pequenas empresas e suas externalidades, alimentadas em redes de atores locais, públicos e privados, e instituições voltadas ao desenvolvimento.

Uma boa percepção do fenômeno das novas “ruralidades” se obtém então na análise dos sistemas produtivos locais, que no Brasil se popularizaram na denominação de Arranjos produtivos locais (APL), pois possibilitam abarcar múltiplas realidades diferentes, desde aquelas fortemente urbanas e industriais, quanto aqueles exemplos de redes produtivas rurais, voltadas ou não a atividades agrícolas.

IV – OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESPAÇO RURAL

A tradição que ganhou corpo na análise dos Distritos industriais e Sistemas locais de produção está associada a complexos localizados de atividades industriais, tratando de forma indiferente o fato de estes agrupamentos estarem localizados em áreas urbanas, semirurais ou rurais.

Mormente, a premissa recai sobre o território e sua construção baseada no vínculo cooperativo entre atores: empresas, sindicatos, associações, governos locais. É assim que foi propagada a definição de Arranjos Produtivos Locais (APL) para o Brasil, baseada em:

Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2003, p. 15)

Tal concepção foi incorporada institucionalmente no Brasil a partir da formação do Grupo Permanente Interministerial dos APLs, no Plano Plurianual 2004-2007, incluindo uma série de instituições como o BNDES, o Sebrae, a Caixa Econômica Federal, com ações destinadas ao fortalecimento da competitividade em agrupamentos de pequenas empresas.

Toma-se como base então a formação de clusters pela concentração geográfica de negócios que se comunicam e transacionam a fim de partilhar conhecimento, atividade inovadora, infraestrutura e serviços especializados. Além desta definição mais pragmática, focada na organização industrial, acopla-se também a esses Arranjos a valorização do

ambiente cultural que “às vezes são compactados na sedutora noção de capital social; um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que geram a ‘atmosfera’ necessária a seu estímulo” (VEIGA, 2002, p. 9).

O reconhecimento da importância dos recursos específicos, históricos e culturais, desenvolvidos nos contextos locais em redes relacionais e sua não transferibilidade, abre espaço para a caracterização dos meios e localidades rurais como áreas dinâmicas e que tem papel fundamental na formação, reprodução e expansão dos Arranjos, posto que a:

(...) a dinâmica de um cluster de empresas pode ser determinada pelo fato dessas empresas realizarem atividades semelhantes e/ou utilizarem mão de obra específica disponível em poucas regiões, ou utilizarem as mesmas matérias primas, ou necessitarem das mesmas condições climáticas de solo para sua produção, por fornecerem para um mesmo cliente que exige proximidade por processos históricos e culturais, etc. (SEBRAE/SP, 2002).

O enfoque sobre o conteúdo de ruralidade de agrupamentos bem sucedidos economicamente, na verdade, já se revelava desde o momento em que se considerou, por volta dos anos 70, os distritos industriais da Terceira Itália como padrão espacial de análise das novas tendências de organização industrial. Estes distritos compatibilizavam a cooperação local com forte capacidade competitiva e descentralização produtiva, tendo por base setores semiartesaniais que se encontravam em articulação profunda com o substrato histórico-cultural das localidades onde se davam os processos socioeconômicos.

Essas localidades, na maior parte dos casos de sucesso, emergiam de entornos fortemente rurais, onde se tinha bastante presente a valorização do “patrimônio familiar”, e, deste modo, passou-se também a identificar que este tipo de sinergia positiva ocorria em outras localidades na Europa, com conformações setoriais e culturais específicas a cada caso.

Vale lembrar que foi a identificação de “constelações econômicas localizadas” que venciam a recessão em áreas relativamente rurais como a Toscana e a Emilia-Romagna (Itália), Baden-Wurtemberg (Alemanha), Cambridge (Inglaterra), Smaland (Suécia), e até essencialmente rurais, como West-Jutland (Dinamarca), que levou um grupo de pesquisadores ligados a OIT a se perguntar, desde meados dos anos 1980, se essa virtuosa combinação entre eficiência e altos níveis de emprego poderia se tornar um modelo para outras regiões. E o ponto de partida foi – “sem contestação” – diz Benko (1995, p. 57) – o programa de pesquisa de Arnaldo Bagnasco, Carlo Triglia e Sebastiano Brusco sobre a “Terceira Itália”. (VEIGA, 2004, p. 62).

Muito do despertar do interesse para pesquisas de aglomerações produtivas, clusters, sistemas locais, meios inovadores (*millieux innovateur*), tem forte relação com as proposições iniciais do grupo de pesquisa sobre os Distritos Italianos, sobretudo quanto à ideia de que algumas regiões crescem mais do que outras por fatores essencialmente endógenos e que micro e pequenas empresas podem ser competitivas desde que cooperem territorialmente.

A ideia de Arranjos Produtivos Locais, aplicada ao caso brasileiro, também apresenta por consequência alguns de seus princípios já lançados na análise de Distritos, e por coincidência, nos vários Arranjos já identificados ou potenciais se observa o caráter fortemente rural, e em muitos casos, de cunho eminentemente agrícola.

Dos mais de trezentos APLs potenciais e consolidados cadastrados pelo Sebrae (2004), grande parte corresponde a atividades fortemente agrícolas desenvolvidas em regiões de pequena densidade populacional e tendencialmente rurais, maioria localizadas nos Estados do Nordeste. É muito comum aparecerem nesta lista APLs voltados ao turismo, à fruticultura, à criação de Ovinos e Aprinos e mesmo à Cultura de Camarão.

Há ainda os casos de Arranjos em que pelo menos uma das etapas da cadeia, senão a principal, se desenvolve no meio rural, como é o caso da Produção de Artefatos de Couro do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que conta com um bom entrosamento entre as pequenas fábricas e os curtumes em uma rede de pequenos municípios de tradição fortemente rural. Na produção de artigos têxteis e de malhas tanto na região de Blumenau, Santa Catarina, quanto na região do “Circuito das malhas” do Sul de Minas Gerais, a produção de peças de vestuário, apesar de se realizar em áreas tipicamente urbanas, ainda se fazem valer de habilidades e de uma cultura local baseada na fiação e artesanato de malhas em localidades rurais.

Um exemplo bastante interessante que traz elementos à análise das novas funções do meio rural e que valorizam uma abordagem territorial e local dos Arranjos Produtivos Locais é o caso da Produção de mandioca e fecularias do Vale do Ivinhema no Mato Grosso do Sul. Como Arranjo produtor de mandioca, a cadeia produtiva agrícola envolve também o beneficiamento e embalagem de produtos em processos típicos da indústria, mas cujos impactos se fazem sentir fortemente no meio rural, caracterizando novas formas de ruralidade e pluriatividade.

Este caso foi considerado um Arranjo Produtivo Local pelo estudo que aqui serve como base de análise dos novos conteúdos do meio rural. No caso do Mato Grosso do Sul,

este estudo foi realizado por equipe de pesquisadores da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), compondo nota técnica do plano de expansão da REDESIST, rede de pesquisa existente desde 1997/1998, coordenada por pesquisadores do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do RJ) e voltada à identificação e análise de Arranjos Produtivos e Sistemas Inovadores Localizados no território brasileiro.

Neste caso, APL é exemplo de concentração de produtores e outras instituições e atores no mesmo espaço geográfico, envolvidos em uma cadeia ou complexo produtivo pré-requisito de projetos e iniciativas inovadores quanto a formas de produção, comercialização e organização do trabalho.

A produção de mandioca e derivados, especialização do APL do Sul/Sudeste do Mato Grosso do Sul, tem um panorama internacional e nacional caracterizado pela exploração de novas potencialidades alimentícias, pelas farinhas e féculas e industriais da raiz e amido da mandioca, devido às facilidades de seu plantio e cultivo e às comprovadas qualidades nutritivas e cosméticas do vegetal.

No Brasil, devido às facilidades edafológicas e climáticas, a cultura da mandioca se disseminou pelo território, no entanto, ainda se verifica uma forte concentração produtiva na região Nordeste (Bahia, Maranhão) e Norte (Pará), onde se localizam as tradicionais “farinheiras”, com baixos índices de produtividade por lavoura no Nordeste (escassez hídrica). Predomina tanto no âmbito nacional quanto internacional a produção agrícola familiar.

No Estado do Mato Grosso do Sul, a produção está concentrada nas microrregiões de Dourados, Iguatemi e Nova Andradina, importantes polos agro-industriais feculeiros da mandioca. O município de Ivinhema, próximo a Dourados, se coloca como mais importante polo produtor do Estado, tanto no volume produzido quanto na taxa de rendimento, apresentando altos índices de produtividade.

A produção local/regional de mandioca tem relação com a atração de empresários do Oeste do Paraná para a região, tanto para a produção de matéria-prima mandioca quanto para instalação de novas fecularias, caracterizando então o APL do Vale do Ivinhema como um subsistema integrado ao polo feculeiro do Paraná.

A dinâmica de expansão econômica da agroindústria feculeira no Oeste e Noroeste do Paraná, em direção a novas áreas de cultivo de mandioca, implicou no avanço para o Sudeste de Mato Grosso do Sul, tendo em vista, não só esses elos construídos

historicamente, mas também por algumas vantagens territoriais, relacionadas com o capital humano dos agricultores recém-migrados daqueles Estados feculeiros, constituído pelo conhecimento acumulado em cultivos mais modernizados de mandioca, com as políticas locais e regionais de incentivo à presença da agroindústria e também devido a algumas potencialidades do ambiente natural. O destaque, nesse sentido, deve ser atribuído, por um lado, às características climáticas regionais, com condições mais tropicalizadas, evitando o retardamento da germinação e reduzindo o período de paralização da atividade vegetativa, de modo a permitir a colheita da mandioca praticamente durante o ano todo. Por outro lado, os perfis predominantes dos solos, que pela textura e profundidade condiciona um fácil crescimento e colheita das raízes. (...) A identidade territorial dessa área de concentração dos negócios da mandioca, circunscreve-se, antes de tudo, a partir de uma formação sócio-espacial. Entretanto, o elemento dessa unidade sistêmica, que lhe atribui o nome, é a sub-bacia do rio Ivinhema, da qual os Municípios envolvidos fazem parte (LE BOURLEGAT et. alii, 2004, p. 13, destaque do autor).

O Arranjo Produtivo Local de Mandioca do Vale do Ivinhema é constituído por nove municípios: Ivinhema, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Deodápolis, Nova Andradina, Bataiporã, Jateí, Angélica, Taquarussu, que reúnem 110.352 habitantes, com 71,8% deles vivendo na área urbana. Mas o abrigo populacional mais acentuado em áreas urbanas esconde, na verdade, as características econômicas da região, que sofre forte impacto de atividades agrícolas, como o cultivo do milho, algodão, soja, além da mandioca.

Consolida-se, então, uma estrutura produtiva onde há forte entrecruzamento da produção agrícola com a industrial, caracterizando um circuito de produção agroindustrial. Dentre os principais agentes atuantes no APL, destacam-se como principais: os produtores rurais, as fecularias, e, em menor proporção, as farinheiras.

Os 3.272 produtores de mandioca constituem a maioria dos agentes envolvidos no arranjo, representando 44% da mão de obra ocupada nos Municípios do APL. Desse total, 79,4% são proprietários, 11% ocupantes, 8% arrendatários e 1,6% parceiros. Quase dois terços (68%) dos proprietários agrícolas deslocados para o APL instalaram-se nas terras, através de um processo de compra, e outra parte significativa está na condição de recém-assentado pelo INCRA (14% do total de proprietários).

A área cultivada com mandioca representou 29,4% do total da lavoura plantada por esses proprietários rurais, em 2003. Quanto aos arrendatários, constatou-se que a maioria (90,9%) afluíu para a atividade da mandioca no arranjo, entre 2001 e 2003, fluxo coincidente com aquele das fecularias, sendo 72,7% deles filhos de proprietários agrícolas. Outro fato que chama atenção, na caracterização desses produtores rurais (proprietários e arrendatários) de origem agrícola, é a predominância da faixa etária adulta (21 a 50 anos), que carrega do

território de origem uma relativa experiência acumulada na atividade que exercem (conhecimento tácito).

Embora demonstrem percepção de mercado e sensibilidade para algumas inovações no setor, eles não participam de um ambiente efetivamente empresarial e raramente chegam a transformar seus empreendimentos em uma unidade jurídica (LE BOURLEGAT, 2004, p. 14).

Os feculeiros são os agentes do APL que detém as unidades industriais mais modernas, com as mais extensas plantas industriais instaladas, sendo responsáveis pela maior movimentação de recursos e consumo da raiz de mandioca e aqueles que agregam maior valor dentro da cadeia produtiva da mandioca. Esses agentes processam o produto de maior destaque econômico dentro do arranjo – o amido modificado – com mercado preferencialmente internacional. Aparecem na liderança do processo de integração indústria-produtor, com propostas de políticas para o setor.

Existem hoje oito unidades feculeiras atuando no Arranjo Produtivo Local do Vale do Ivinhema, as mais antigas instaladas em 1994, respondendo por cerca de um terço da capacidade de processamento de raiz de mandioca do Estado, ou seja, 95.000 toneladas, metade delas processando o amido modificado (35.000 toneladas/mês). Essas feculárias realizam o processo de transformação da mandioca, em raiz ou pré-processada, em derivados que, agregando valor ao produto, atingem nichos de mercado regionais e estaduais, quiçá internacionais. As féculas de mandioca, as farinhas e as farofas pura ou temperada são os subprodutos mais conhecidos.

As farinheiras, no âmbito da estrutura produtiva industrial, são os atores mais antigos e tradicionais do arranjo e se encontram sob risco de desaparecimento. As plantas industriais desses empreendimentos são menores e todas as farinheiras são microempresas e não ocupam um número de mão de obra muito menor que o das unidades industriais feculeiras. A chegada desses feculeiros no APL, a partir da segunda metade da década de 80, coincide com o momento de forte evasão dos farinheiros de Santa Catarina.

O fato é que na atual configuração agro-industrial da produção de mandioca do Vale do Ivinhema, as feculárias têm ocupado posição de liderança na cadeia produtiva, pois fazem uso de tecnologias modernas e obtém maior produtividade, respondendo por maior parte do consumo de mandioca dos produtores rurais, que acabam então sendo submetidos a uma lógica industrial de produção regulada pela maximização da produtividade e minimização de

custos, a estilo dos esquemas de agribusiness. As feculárias, por sua vez, operando equipamentos obsoletos de baixa produtividade e qualidade de tratamento vão sendo suprimidas, restando a elas nichos específicos abertos em períodos de superprodução da lavoura de mandioca e demanda por maior infraestrutura de processamento/beneficiamento.

Além das vantagens competitivas inerentes à maior eficiência produtiva, o Arranjo ainda tem como outra vantagem importante a presença de um número razoável de instituições e formas de coordenação política e tecnológica, que auxiliam na construção de estratégias competitivas conjuntas e oferta de serviços complementares. Entre as instituições nacionais, destacam-se: Associação Brasileira de Produtores de Amido de Mandioca (AMAM) e a Câmara Setorial Nacional da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados, ligada ao Conselho do Agronegócio. Dentre as organizações locais, faz-se importante a atuação de sindicatos ligados a FAMASUL – Federação Agrícola do Mato Grosso do Sul – sobretudo a Associação dos Moradores e Produtores Agro-pecuários da Gleba Ouro Verde AMPAGOV e Associação dos Produtores Industriais de Mato Grosso do Sul –AIPIMS, que representam perante o poder público o interesse dos produtores rurais e a eles associados.

No que tange ao desenvolvimento tecnológico e acompanhamento técnico, destaca-se a criação da “Plataforma Tecnológica da Mandioca” em âmbito estadual, que teve como objetivo inicial:

A estruturação de um grupo de trabalho, visando a elaboração de projetos articulados para o setor, ao mesmo tempo, definindo estratégias, encaminhamentos e cronogramas de trabalho. Como primeiro resultado, surgiu um Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-PDCT para o setor da mandioca, propondo a criação do “Núcleo de Tecnologia da Mandioca”, órgão de articulação dos projetos de pesquisa das instituições parceiras e de difusão desses resultados para o setor privado e consumidores, além da criação da “Câmara Setorial da Mandioca”. (LE BOURLEGAT, 2004, p. 16).

Outra iniciativa se dá no âmbito da Câmara Setorial da Mandioca, vinculada à Secretária de Estado da Produção e Conselho Estadual de Desenvolvimento, recebendo apoio da Finep e de Fundos Setoriais do governo federal. Além do arcabouço organizacional-institucional, o APL também conta também com boa infraestrutura de Ensino e Formação, com razoável número de escolas de Ensino Fundamental e Médio e de formação superior, contando ainda com apoio das universidades federais e estaduais (UFMS, UEMS, UCDB), a Embrapa Dourados (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o Instituto de

Desenvolvimento Agrário, Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul –IDATERRA (ex-Empaer).

Deste modo, considerando a atual configuração territorial do APL de Mandioca do Vale do Ivinhema que se faz controlar pelas empresas feculeiras na condição de atores-âncora, criam-se novas formas de interação entre rural e urbano, sobretudo por conta da revelação de APLs destinados a atividades eminentemente agrícolas, algo não muito comum neste tipo de abordagem. Mas a atividade agrícola por si só já não dá mais conta de explicar o dinamismo que esse meio rural adquiriu, sobretudo nos últimos 10 anos. Destaca-se a atividade agroindustrial das fecularias no processamento, beneficiamento e embalagem da matéria prima transformada em amido como um dos fatores principais que condicionam o Arranjo na atualidade a um patamar de “pluriatividade”, coexistindo no mesmo território rural as famílias que produzem a mandioca, os empresários proprietários das fecularias industriais, seus empregados e os remanescentes das farinheiras.

O rural é dotado então de novos conteúdos que criam maior dificuldade em se definir onde começa o rural e termina o urbano, e vice-versa, sobretudo por conta das zonas “cinzentas”, intermediárias, onde tais processos ocorrem. Mas, pela análise realizada, nada indica que mesmo em um futuro reconhecidamente monopolizado por uma produção agroindustrial de maior valor agregado, vai se perder ou enfraquecer o espírito rural destas localidades, sobretudo por que, como já foi reconhecido, o tipo de mandioca produzida na região do Vale do Ivinhema é valorizada justamente por suas especificidades de clima, solo, condicionantes naturais, além da forma de plantio e trato no cultivo, fruto de condicionantes culturais.

Deste modo, a análise de um possível nível de ruralidade em âmbito local/regional pode partir, como assim coloca Abramoway (2000, p. 24), de um critério incontestável que é a densidade demográfica acrescida de outros dados referentes à construção do que vem a ser uma base rural, classificando as regiões em essencialmente rurais (50% da população regional habita unidades rurais), relativamente rurais (de 15 a 50%) e essencialmente urbanizadas (menos de 15%). Deste modo, segundo os dados colocados, os municípios que compõem o APL de Mandioca se caracterizam, por enquanto, como relativamente rurais; alguns até essencialmente rurais.

Elementos que vêm a reforçar a hipótese das novas ruralidades – e não o fim do rural – são o desenvolvimento econômico, tecnológico e a razoável capacidade organizacional,

obtida em uma região relativamente afastada dos grandes centros difusores de inovação e crescimento econômico do Brasil e voltada a um tipo de cultura tida como comercialmente irrelevante e de fácil obtenção, como é o caso da mandioca.

Juntando esses dois fatores às “amenidades naturais e culturais” da região, cria-se um tipo de sistema produtivo no qual a abordagem que separa espaços rurais e espaços urbanos já não possui condições explicativas, sendo mais adequada a adoção de uma perspectiva territorial identificadora da integração entre processos agrícolas e industriais, entre pequena produção familiar e pequena produção empresarial, enfim, entre o rural e o urbano.

Por último, acrescenta-se a este tipo de abordagem a necessidade de considerar não somente a integração produtivo-econômica do território, baseada no espírito empreendedor e competitivo dos sistemas locais, mas também as possibilidades de integração social das populações locais junto ao aparato produtivo, complementando a proximidade física com a proximidade organizacional e cultural. Tais pontos servem à definição de outras prioridades ao APL do Vale do Ivinhema, que até o momento centraram foco apenas nas estratégias produtivistas, baseadas no cálculo financeiro, que têm no território apenas uma plataforma de estratégias das empresas. Trata-se agora de focar também na inserção territorial dos empreendimentos produtivos e na criação de capital social no desenvolvimento dos territórios.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi construído tendo por base uma série de ideias e conceitos surgidos recentemente na análise das ciências humanas e sociais e que dão conta da emergência de um “novo rural”. Esse novo rural demanda novas formas de diferenciar os espaços rurais e urbanos e de analisar a complexidade dos múltiplos usos econômicos e atividades produtivas e não produtivas que têm se espalhado no meio rural. Deste modo, os dados expostos face às hipóteses e premissas colocadas, dão margem a dois tipos de conclusões:

- 1) Os espaços rurais não estão fadados ao desaparecimento e muito menos são sinais de atraso econômico, ocorrendo revigoramento econômico e alta competitividade em localidades que apostaram na organização dos atores de forma a explorar os recursos internos, que envolvem desde as cadeias produtivas e fluxos de comércio – na dimensão econômica – até as amenidades naturais e condições paisagísticas, na dimensão ambiental;

- 2) As novas formas de integração dos setores em cadeias e complexos produtivos e os novos conteúdos que a dimensão rural tem adquirido privilegiam uma análise do rural baseada na abordagem territorial, bem ilustrada nas características dos Arranjos Produtivos Locais.

121

O meio rural passa a ser definido mais por sua dimensão espacial do que setorial, posto que pode receber atividades e criar ocupações tanto no setor agrícola quanto na indústria e nos serviços, e só é tratado de forma satisfatória quando é compreendido em suas relações com as cidades, e não de forma isolada e associado a um tipo de cultura pura que não faz mais sentido nos nossos dias. A ênfase na ruralidade atual deve se dar no sentido de ainda se valorizar o conteúdo social, cultural, político que o meio rural é capaz de desenvolver e que pode vir a influenciar a organização social e espacial dos grupos humanos que se fazem expressar sobre os territórios.

Deste modo, quando se pensa em sucesso econômico e dinamismo de aglomerações produtivas, pode-se pensar também no rural, posto que não é tão difícil se encontrar Arranjos Produtivos Locais dedicados a atividades agrícolas e agroindustriais fortemente articuladas às localidades essencialmente ou relativamente rurais.

No caso aqui analisado – da produção de mandioca no Vale do Ivinhema, Sudeste do Mato Grosso do Sul – fica bastante clara a interdependência entre atividade agrícola e atividade industrial e a complexidade de se tratar a questão rural/urbana apenas por um corte setorial, ainda mais pelo fato de que tais municípios do Mato Grosso do Sul se localizam em região certo ponto distante dos centros difusores de tecnologias e serviços das grandes cidades.

Os dados revelam que as novas formas de sociabilidade e construção de identidades pelos atores sociais definem um rural pluriativo, ponto de partida e ponto de chegada de formas diversificadas de desenvolvimento territorial, dentre as quais se destacam as aglomerações de estabelecimentos, instituições e organizações na forma de APLs.

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, R. Do Setor ao Território: Funções e medidas da Ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Textos IPEA – Inter-relações entre as Transformações demográficas e a agenda social, São Paulo/RJ, 2000, n. 702.

BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização: Na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Desenvolvimento Local e a Democratização do Espaços rurais. Capturado de <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>, em 14/04/2002, 26p.

CARNEIRO, M. J. Do Rural e do Urbano: Uma Nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da Ruralidade. In II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, Campinas, NEA-IE-Unicamp, Outubro de 2001, Texto 7.

LE BOURLEGAT, C. (coord.). Arranjo Produtivo Local de Mandioca do Vale do Ivinhema. In RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais), IE-UFRJ, Rio de Janeiro, Relatório de Atividade, Setembro de 2004, 27 p.

SILVA, J. G. da. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In II Seminário Internacional da USP “Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Estratégias de Integração e Desenvolvimento”, São Paulo, Agosto de 2001. Capturado de: <<<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>>, 14/04/2002.

VEIGA, J. E. da. A face territorial do desenvolvimento. Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, UCDB-Campo Grande, 2002, v. 3, n. 5, p. 5-19.

VEIGA, J. E. da. Destinos da Ruralidade no processo de Globalização. Estudos Avançados, USP-SP, 2004, v. 18, n. 51, p. 51-67.